

PRESTAÇÃO DE CONTAS 2011



moimenta da beira
município



PRESTAÇÃO DE CONTAS ANO 2011





RELATÓRIO DE GESTÃO





Documentos de Prestação de Contas exercício de 2011

Em cumprimento do preceituado no n.º 1, do artigo 47º, da Lei das Finanças Locais, aprovada pela Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro, atentas as regras e os procedimentos contabilísticos definidos pelo Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), aprovado pelo Decreto – Lei n.º 54 –A/99, de 22 de Fevereiro, e nos termos do preceituado na alínea e), do n.º 2, do artigo 64º, e na alínea c), do n.º 2 do artigo 53º, ambos do regime jurídico das competências e funcionamento dos órgãos dos municípios e das freguesias (LAL), aprovado pela Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redacção da Lei n.º 5 – A/2002, de 11 de Janeiro, apresentam-se e submetem-se à apreciação e deliberação da Câmara Municipal e da Assembleia Municipal de Moimenta da Beira os documentos de prestação de contas referentes ao exercício económico-financeiro de 2011. Estes documentos, após aprovação nos órgãos municipais deverão ser remetidos a julgamento do Tribunal de Contas até ao dia 30 de Abril, próximo, em cumprimento do estatuído no artigo 51º da supra referida Lei das Finanças Locais, organizados de acordo com a Resolução n.º 4/2001 – 2ª Secção, de 12 de Julho, do Tribunal de Contas, que aprovou as “instruções para a organização e documentação das contas das autarquias locais e entidades equiparadas abrangidas pelo Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL)”.

Somos ainda a propor, em ordem do definido no Balanço e na Demonstração dos Resultados, e de acordo com o determinado no ponto 2.7.3, do POCAL, que:

- O resultado líquido do exercício seja transferido para a conta 59 – Resultados Transitados, em conformidade com o definido no ponto 2.7.3.2 do POCAL;
- O resultado líquido positivo do exercício, no montante de 1.068.245,26 euros, de acordo com o definido nos pontos 2.7.3.3, 2.7.3.4 e 2.7.3.5, do POCAL, seja aplicado da seguinte forma:

- a) Reforço do Património (conta 51)1.014.833,00 €
- b) Reservas legais (conta 571)53.412,26 €;

Moimenta da Beira, 10 de Abril de 2012

José Eduardo Lopes Ferreira

Presidente da Câmara





Relatório de Gestão

“O relatório de gestão é um documento de prestação de contas que, à semelhança das demonstrações financeiras, tem por objectivo disponibilizar informação de carácter económico, financeiro e social, sobre a entidade a que respeita, a um conjunto alargado de destinatários e utilizadores dessa informação”.





Mensagem do Presidente da Câmara

O ano de 2011 foi particularmente difícil. Em muitos aspetos, tem-lhe sido atribuído o epíteto de pior ano das últimas décadas. Na verdade, a eclosão da crise financeira mundial teve reflexos extremamente penosos para a economia nacional, repercutindo-se de forma muito significativa nas finanças locais. Em 2011 esta situação agravou-se substancialmente, provocando uma quebra generalizada na em toda a actividade económica e especialmente na construção civil e actividades conexas, com impactos diretos na geração de receitas próprias dos Municípios, tudo a par da implementação dos PEC 1,2,3 e PAF, que implicaram importantes cortes nas transferências do OE para as Autarquias Locais.

Por outro lado, o aumento do IVA, que se traduziu num aumento da receita do estado, gerou, em simultâneo, o aumento da despesa das Autarquias, o mesmo acontecendo com o agravamento das contribuições patronais sobre a massa salarial.

A par de tudo isto, o agravamento das tarifas da energia, do tratamento de RSU's e do tratamento de efluentes, dos preços dos combustíveis, agravaram significativamente a estrutura de custos correntes das Autarquias.

Na atual situação económica, financeira e social das empresas e das famílias não se afigura possível, nem desejável, a repercussão destes custos nas tarifas aplicadas aos munícipes, com vista a atingir, progressivamente um equilíbrio entre os custos e os proveitos dos bens e serviços fornecidos pelo Município, sob pena de podermos contribuir para tornar num autêntico inferno a vida, já por si muito difícil, dos nossos concidadãos.

A implementação em velocidade cruzeiro do QREN, poderia e deveria ser uma alavanca fundamental, especialmente numa conjuntura altamente desfavorável, como a que vivemos. No entanto, a excessiva burocracia e centralização, que levam a decisões frequentemente tardias, não tem permitido o aproveitamento máximo desta ferramenta conjuntural, que teria possibilitado uma melhor performance da Autarquia. O Retardamento do lançamento das iniciativas com financiamento comunitário e o





consequente impacto nos projectos resultou, a nível nacional, numa baixa taxa de execução dos investimentos previstos nos orçamentos camarários, com prejuízos para a economia local e nacional. Todavia, a magnitude destes efeitos é ainda muito incerta e as projecções para o crescimento potencial estão sujeitas a um grau de incerteza mais elevado ainda do que o habitual, estimando-se efeitos significativamente negativos ao longo do ano de 2012 e dos dois anos seguintes.

A descida do crescimento potencial da nossa economia, reflectiu-se no aumento inevitável do desemprego estrutural, com taxas de participação da população activa mais baixas e forte decréscimo do investimento privado e também o de cariz público, com efeitos sobre o stock de capital existente para os empreendedores, quer da iniciativa privada, quer do próprio Estado.

O desemprego estrutural também se fez sentir, como dificilmente poderia deixar de ser, no Concelho de Moimenta da Beira.

Perspectivando-se os efeitos nefastos da crise para as nossas famílias e empresas, a Autarquia decidiu adoptar medidas estabilizadoras das taxas camarárias, cujos efeitos proteccionistas e de apoio às famílias e empresas se fizeram sentir, com maior preponderância, nas comparticipações familiares aplicadas às crianças que frequentaram 1º ciclo do ensino básico e pré-escolar, bem como o desenvolvimento de outras acções de carácter social.

Paralelamente no ano 2011 continuámos a gerir os constrangimentos financeiros da Autarquia, com grande dificuldade tentando uma boa gestão da dívida a fornecedores e às Instituições de Crédito, dando prioridade ao cumprimento rigoroso do serviço de dívida à banca tendo amortizado 1.201.106,39 €, adicionados pela diminuição de receita dos Fundos do Orçamento de Estado que face ao ano anterior ascenderam a 305.562,92 €, do valor obtido de IMT e de outras receitas do município. Apesar de todos os constrangimentos referidos, que não podem ter deixado de influenciar a prestação da Câmara Municipal, foi possível manter estabilizado o passivo exigível, o que nos parece de realçar, nas actuais condições. É preciso manter este esforço de equilíbrio, sob pena de tornar a actividade da Câmara insustentável, ou, em alternativa, como já se disse, dificultar a níveis inadmissíveis a vida das empresas e das famílias.





Apesar de tudo, foi notório o esforço para ajudar a manter viva toda a atividade no município, estando permanentemente ao lado dos diversos agentes do desenvolvimento, e, noutros casos, com iniciativas próprias, de grande alcance em termos económicos, desportivos, culturais ou de solidariedade social.

É nesta conjuntura difícil, mas com este esforço permanente, de muitos agentes, que devemos enquadrar a análise das demonstrações financeiras que iremos apresentar no presente relatório.

É também por isso que manifestamos o nosso agradecimento a todos os Deputados da Assembleia Municipal, Vereadores, Presidentes de Junta de Freguesia, demais Autarcas, Colaboradores, Voluntários, Associações, Governo e Instituições da Administração Central, Fornecedores, utentes e aos Munícipes, que individualmente lutam todos os dias pelo seu bem-estar individual e também coletivo. Temos a certeza que todos contribuíram para que durante o ano de 2011 fôssemos capazes de minimizar as nossas dificuldades.

Queremos que esta prestação de contas possa contribuir para manter este esforço, de todos, porque as dificuldades que vivemos assim o exigem.





1. Introdução

O Relatório de Gestão é um documento que tem por finalidade complementar os Documentos de Prestação de Contas e que irá disponibilizar aos potenciais utilizadores e destinatários um conjunto de elementos de carácter económico, funcional, operacional e social.

Assim, subjacente ao objectivo da sua elaboração, está o propósito de informar os seus destinatários o direito de apreciar a actividade desenvolvida e avaliar a economia, a eficiência e a eficácia dos serviços prestados à comunidade, sempre numa perspectiva jurídica, política e social, uma vez que se trata da aplicação de dinheiros públicos na prossecução do interesse colectivo.

De acordo com o n.º 1 do artigo 47.º da Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro (Lei das Finanças Locais) as contas dos municípios são apreciadas pelo respectivo órgão deliberativo, reunido em sessão ordinária, durante o mês de Abril do ano seguinte àquele a que respeitam.

No termos da al. e) do n.º2 do art. 64.º da lei n.º169/99, de 18 de Setembro, republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, foram elaborados os documentos de prestação de contas, relativas à gerência de 2011.

Em conformidade com as Instruções n.º 1/2001 – 2.ªS, emitidas pelo Tribunal de Contas através da Resolução n.º4/2001 – 2.ªSecção, publicada no D.R. n.º 1991, II Serie, de 18 de Agosto de 2001 e nos termos do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais, Decreto – Lei n.º54-A/99, de 22 de Fevereiro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 162/99, de 14 de Setembro, Decreto-Lei nº 315/2000, de 2 de Dezembro e pelo Decreto-Lei n.º 84-A/2002, um dos documentos de prestação de contas a apresentar pelas autarquias locais é o Relatório de Gestão, o qual deve ser elaborado de acordo com o estabelecido no ponto 13 do POCAL.

Face ao exposto, e no cumprimento da Lei, o presente documento constitui o relatório de Gestão de 2011.

Este é um documento que evidencia a situação económica e financeira relativa ao exercício económico, espelhando a eficiência na utilização dos meios afectos à





prosecução das actividades desenvolvidas pela entidade e a eficácia na realização dos objectivos inicialmente aprovados.

2. Metodologia

Os documentos de prestação de contas deverão dar uma imagem verdadeira e aderente à realidade de uma organização.

Na sua elaboração deverão ser observados determinados conceitos, princípios e normas que tenham características qualitativas, a fim de permitir que a informação disponibilizada seja compreensível pelos seus destinatários.

De entre esses conceitos destacam-se:

- **A relevância** – a informação tem de influenciar as decisões dos seus destinatários, ao ajudá-los a avaliar os acontecimentos passados, presentes e futuros, ou a confirmar ou corrigir a sua evolução.
- **A fiabilidade** – a informação tem que estar livre de erros materiais e de juízos prévios, devendo para esse efeito apresentar as operações e acontecimentos de acordo com a sua substância e realidade económico-financeira, coincidente com a sua forma legal.
- **A comparabilidade** – a informação deve registar as operações e acontecimentos de forma consistente e conforme e adoptar a normalização, a fim de permitir a sua comparabilidade no tempo e com outras entidades com características similares.

Apresenta-se uma síntese da situação financeira da Autarquia, complementada com indicadores de gestão orçamental, económica e financeira.

Apresenta-se também a proposta da aplicação do resultado líquido do exercício.

Efectua-se também uma análise da situação económico-financeira, da execução do Plano Plurianual de Investimentos, procurando-se dar conta do nível de execução dos Documentos Previsionais para o ano em análise.





3 Enquadramento Macroeconómico

Em 2011 a economia mundial voltou a expandir-se, embora o crescimento económico tenha registado um abrandamento no segundo semestre do ano. Depois de uma primeira metade em que a actividade económica registou um ritmo de crescimento forte, em particular nos países emergentes, o segundo semestre foi caracterizado por uma crescente preocupação com o abrandamento da economia.

Ao contrário do ano anterior, a deterioração dos indicadores económicos em muitas regiões do globo levou a que as estimativas de crescimento para 2011, por parte de instituições internacionais como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e a OCDE, entre outras, fossem sucessivamente revistas em baixa. No último World Economic Outlook, de Setembro de 2011, o FMI estimava um crescimento para a economia mundial em 2011 de 4,0%, percentagem inferior aos 4,4% previstos no relatório de Abril. O FMI alertou ainda, no final de 2011, para o aumento de diversos riscos, nomeadamente de natureza orçamental e financeira.

O ano de 2011 ficou marcado pelo agravamento da crise da dívida soberana na Europa. Numa primeira fase acentuaram-se as preocupações com a situação da Grécia, devido aos receios de uma reestruturação da dívida helénica, e estas propagaram-se à situação das finanças públicas de outros estados da periferia europeia. Durante este período, Irlanda e Portugal recorreram aos mecanismos de ajuda conjunta da União Europeia (UE) e do FMI.

Na segunda metade de 2011 assistiu-se a um agravamento do contágio da crise à Espanha e à Itália, enquanto economias denominadas do centro, como a França, a Bélgica, a Áustria ou mesmo a Holanda e a Finlândia, até aqui não afectadas, sofreram também os impactos desta crise.

Assistiu-se, em consequência do agravamento da crise da dívida soberana, a um novo aumento da aversão ao risco por parte de diversos participantes nos mercados financeiros, sobretudo durante o segundo semestre. Tal traduziu-se, por um lado, numa nova fase de alargamento dos spreads das obrigações de governo, agora não só de economias periféricas. Por outro lado, o mesmo verificou-se nas obrigações de empresas, a par de uma mais acentuada redução de novas emissões de dívida privada em mercado, sendo o sector financeiro o mais penalizado.





Os responsáveis governamentais e os bancos centrais implementaram medidas em 2011 para estabilizar os mercados financeiros e impulsionar a actividade económica.

Na Zona Euro, após o BCE ter decretado por duas vezes o aumento da taxa directora no primeiro semestre, elevando-a aos 1,50% em Julho, o banco central fez regressar aquela taxa ao nível mínimo de 1,00% no final do ano, com a crise da dívida a intensificar-se e o crescimento a abrandar.

Em termos da actuação dos Governos no seio da União Europeia no sentido de debelar os efeitos da crise da dívida, 2011 foi marcado pela realização de diversas Cimeiras de Chefes de Estado e de Governo, e de Ministros das Finanças, das quais resultaram compromissos no sentido de flexibilizar e aumentar o poder de intervenção dos mecanismos de estabilização financeira, como seja o de adquirir títulos de dívida soberana em mercado e financiar a recapitalização de instituições financeiras, bem como de reforçar a coordenação das políticas económicas e a de fiscalização orçamental.

No que diz respeito ao crescimento económico, 2011 foi marcado por um diferente desempenho entre as duas maiores economias. Enquanto os EUA revelaram um início de ano fraco e uma aceleração ao longo dos últimos meses, devido sobretudo à retoma do consumo e do investimento, na Zona Euro passou-se o contrário, com os indicadores de confiança a encerrarem o ano em zona recessiva.

As economias emergentes e em desenvolvimento têm conseguido passar imunes a estes desenvolvimentos, seja através do aumento da procura interna, seja através das suas políticas monetárias, que permitiram um crescimento de 6,2% em 2011, em linha com o previsto.

Para além dos bens alimentares, o petróleo, que atingiu o seu valor mais elevado em Abril de 2011, foi um dos principais responsáveis pela subida dos preços das matérias-primas.

Esta evolução foi potenciada pela forte procura de matérias-primas em algumas economias emergentes, como a China e a Índia, onde o crescimento económico tem sido muito forte.





De acordo com o FMI, o crescimento da Zona Euro em 2011 terá ascendido a 1,6%, ligeiramente inferior aos 1,9% do ano anterior. Esta redução assentou primordialmente no desempenho da procura doméstica.

Pela negativa, sublinhe-se o desempenho das economias periféricas, sobretudo Portugal e Grécia, que terão sido os únicos Estado Membros a averbar crescimentos negativos. Pela positiva, voltou destacar-se a Alemanha com um crescimento de 2,7%, num ano em que o mercado de trabalho continuou em evidência. Em Dezembro, a taxa de desemprego germânica atingiu os 6,8%, o nível mais baixo desde a reunificação. Na Zona Euro, pelo contrário, o desemprego voltou a aumentar em 2011, tendo a taxa de desemprego atingido no final do mesmo os 10,3%, o nível mais elevado desde 1998.

O nível de inflação na Zona Euro medido pelo Índice Harmonizado de Preços no Consumidor (IHPC), registou em 2011 uma taxa de variação média de 2,7%, acima dos 1,6% de 2010, devido maioritariamente ao aumento dos preços energéticos.

4 Portugal

Em Portugal, o ano 2011 marcou o início do processo de ajustamento da economia. Este é caracterizado por uma redução do défice orçamental, bem como por uma desalavancagem gradual do sector privado, incluindo do sector bancário.

De acordo com o Banco de Portugal, em 2011 registou-se uma contracção do PIB de 1,6%, após um crescimento de 1,4% em 2010. Este comportamento reflecte uma desaceleração da procura interna e uma queda generalizada do investimento parcialmente compensadas pelo aumento das exportações, o qual tem contribuído para atenuar a dimensão da queda do PIB.

Em 2011, a situação económica em Portugal foi condicionada por vários factores, com destaque para: i). a contracção económica mundial; ii). a crise das dívidas soberanas europeias; iii). o Programa de Ajustamento Económico e Financeiro (PAEF), associado ao pedido de ajuda financeira externa; e iv). a desalavancagem do sector privado, com condições mais restritivas de acesso ao financiamento bancário.





Ao nível da procura interna, que registou uma queda de 5,2%, o consumo privado terá apresentado uma contracção de 3,6%, superior à do PIB, sendo de destacar a redução de 1,9% do consumo de bens correntes e serviços, que representa cerca de 90% do consumo privado total, após um aumento de 1,4% em 2010, e o investimento terá sofrido uma redução superior a 10%. As vendas de bens duradouros terão apresentado uma queda próxima de 20%, após um aumento de cerca de 11% em 2010. O consumo público terá registado um decréscimo, em termos reais, de 3,2% (+1,5% em 2010).

A evolução da componente privada reflectiu, entre outros factores, as limitações decorrentes da fraca solvabilidade das famílias, imposta não só pelas condições restritivas ao financiamento bem como pelo agravamento da tributação (como, por exemplo, a sobretaxa de IRS que implicou a retenção de 50% do subsídio de Natal), e a perspectiva de manutenção de condições adversas no mercado de trabalho. Neste contexto, destacam-se ainda os níveis de confiança historicamente baixos dos consumidores portugueses.

A taxa de desemprego no ano de 2011 aumentou para um novo máximo histórico de 12,7%.

Em 2011, a taxa de inflação situou-se nos 3,7%. Entre vários factores que contribuíram para o aumento da taxa de inflação, destacam-se o aumento da taxa de IVA de 21% para 23%, a subida dos preços dos transportes e o aumento da tributação indirecta sobre a electricidade e o gás natural. Esta última medida, associada ao aumento significativo do preço do petróleo, fez com que a componente energética do índice de preços no consumidor tenha crescido cerca de 13%.

As últimas projecções do Governo apontam para um défice público, em 2011, de cerca de 4% do PIB, abaixo do valor de 5,9% previsto no PAEF e bastante abaixo do valor registado em 2010 (9,8%). A dívida pública terá ultrapassado, pela primeira vez em 2011, os 100% do PIB, fixando-se nos 101,7%, um valor acima dos 93,3% registados em 2010.

O ano transacto foi pautado pelo programa de ajuda financeira a Portugal, o qual impôs um conjunto alargado de medidas restritivas com impacto directo sobre o rendimento disponível das famílias. Verificou-se, ainda, um aumento generalizado





dos preços, com maior incidência nas áreas não-alimentares (destaque, entre outros, para os bens energéticos e para os transportes) e uma elevada taxa de desemprego, conforme supra mencionado. O ano 2011 foi por isso, um ano particularmente difícil para a generalidade das famílias e consumidores portugueses, que viram o seu nível de rendimento deteriorar-se.

Segundo dados do Instituto Nacional de Estatística (INE), o clima macroeconómico de 2011 teve um impacto negativo na confiança dos consumidores, cujo indicador apresentou, em Dezembro, o valor mais baixo de sempre. O indicador de sentimento económico em Portugal, de acordo com o Eurostat, é também actualmente dos mais baixos da Europa.





Análise Orçamental, Económica e Financeira





1. Análise Orçamental

O orçamento previsional para o ano 2011 foi de 18.950.000,00 euros e foi executado em mais de 10.900.000,00 euros, o que podemos considerar como um desempenho razoável.

Em síntese da execução orçamental do Município de Moimenta da Beira durante o ano de 2011, a qual, conforme consta no descritivo dos documentos de prestação de contas, atingiu os seguintes movimentos gerais:

RECEBIMENTOS		PAGAMENTOS	
SALDO DA GERENCIA ANTERIOR	114.404,79 €	DESPESAS ORÇAMENTAIS	10.197.887,93 €
Execução Orçamental	76.517,93 €	Correntes	6.113.716,87 €
Operações de tesouraria	37.886,86 €	Capital	4.084.171,06 €
RECEITAS ORÇAMENTAIS	10.224.718,55 €	OPERAÇÕES DE TESOURARIA	580.026,32 €
Correntes	6.920.741,72 €	SALDO PARA A GERÊNCIA SEGUINTE	140.286,05 €
Capital	3.303.976,83 €	Execução Orçamental	103.348,55 €
Outras	- €	Operações de Tesouraria	36.937,50 €
OPERAÇÕES DE TESOURARIA	579.076,96 €		
TOTAL	10.918.200,30 €	TOTAL	10.918.200,30 €

CAPITULOS	Previsão Inicial	Previsão Final	Execução	Taxa de Execução %
RECEITAS				
Correntes	8.974.197,00 €	8.974.197,00 €	6.920.741,72 €	77,12%
Capital	9.975.803,00 €	9.975.803,00 €	3.303.976,83 €	33,12%
TOTAL	18.950.000,00 €	18.950.000,00 €	10.224.718,55 €	53,96%
DESPESAS				
Correntes	8.892.365,68 €	9.668.138,97 €	6.113.716,87 €	63,24%
Capital	10.057.634,32 €	9.281.861,03 €	4.084.171,06 €	44,00%
TOTAL	18.950.000,00 €	18.950.000,00 €	10.197.887,93 €	53,81%

Conforme quadros supra apresentados, no que respeita à execução orçamental os valores realizados durante o ano de 2011 demonstram que os objectivos e metas definidos e aprovados no orçamento inicial foram ligeiramente superiores aos do ano transacto.





Depois destes números globais apresentamos a análise orçamental de acordo com a seguinte estrutura:

- **Receita**
 - a) Evolução da receita
 - b) Receita corrente
 - c) Receita de capital
 - d) Rácios da estrutura da receita
- **Despesa**
 - a) Evolução da despesa
 - b) Despesa corrente
 - c) Despesa de capital
 - d) Rácios da estrutura da despesa
- **Outros indicadores orçamentais.**

1.1. EVOLUÇÃO DA RECEITA

Para apreciarmos a evolução da receita podemos observar o quadro seguinte:

Evolução orçamental da Receita

RECEITAS					
ANO	Natureza	Previsão Inicial	Previsão Final	Execução	Taxa de Execução %
2011	Correntes	8.974.197,00 €	8.974.197,00 €	6.920.741,72 €	77,12%
	Capital	9.975.803,00 €	9.975.803,00 €	3.303.976,83 €	33,12%
	Outras	- €	- €	- €	0,00%
	TOTAL	18.950.000,00 €	18.950.000,00 €	10.224.718,55 €	53,96%
2010	Correntes	8.794.815,00 €	8.795.315,00 €	6.920.115,93 €	78,68%
	Capital	12.066.821,00 €	12.066.821,00 €	3.244.604,79 €	26,89%
	Outras	- €	122.933,27 €	211,00 €	0,17%
	TOTAL	20.861.636,00 €	20.985.069,27 €	10.164.931,72 €	48,44%

Este quadro resume os principais valores recebidos pelo Município nos anos 2011 e 2010.

Ao analisarmos a evolução orçamental da receita, verificamos que no ano 2011 registou-se um aumento ligeiro face ao ano anterior de 59.786,83 euros. De salientar que no ano 2011 o valor das transferências correntes resultantes do Orçamento de Estado foram inferiores em 190.747,82 euros.





O Município recebeu ao longo de 2011, um montante de 10.224.718,55 euros, sendo 77% de receitas correntes (6.920.741,71 euros) e 33% de receitas de capital (3.303.976,83 euros).

A aproximação à realidade dos valores orçamentados avalia-se com base no grau de execução orçamental, e em números redondos, podemos referir e concluir o seguinte:

Evolução do grau de execução orçamental da Receita – período 2011 e 2010

ANO	2011	2010
GRAU DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL	53,96%	48,44%

Ao analisarmos o grau de execução orçamental da receita, verificamos que em relação ao ano anterior houve um acréscimo de 5,52 pontos percentuais.

1.1.1. RECEITA CORRENTE

A receita corrente distingue-se em três grandes capítulos:

- a) Impostos directos, com um peso estrutural nas receitas correntes de 13,74%;
- b) Transferências correntes; com um peso estrutural nas receitas correntes de 61,21%;
- c) Venda de bens e serviços correntes, com um peso estrutural nas receitas correntes de 10,94%.

A receita cobrada e liquidada nestes três capítulos representa um total de 86% das receitas correntes do ano 2011.

Observando o quadro que se segue:

Execução orçamental das Receitas Correntes em 2011





DESCRIÇÃO	2011				
	ORÇAMENTO FINAL	RECEITA COBRADA BRUTA	PESO ESTRUTURAL (CORRENTES)	PESO ESTRUTURAL (TOTAL)	TAXAS DE EXECUÇÃO %
RECEITAS CORRENTES					
IMPOSTOS DIRECTOS	961.315,00 €	950.871,42 €	13,74%	9,30%	98,9%
Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI)	590.106,00 €	624.997,65 €	9,03%	6,11%	105,9%
Imposto Único de Circulação	127.647,00 €	139.468,44 €	2,02%	1,36%	109,3%
Imposto Mun. s/ T. Onerosas de Imóveis (IMT)	243.562,00 €	186.405,33 €	2,69%	1,82%	76,5%
IMPOSTOS INDIRECTOS	65.255,00 €	50.457,72 €	0,73%	0,49%	77,3%
TAXAS, MULTAS E OUTRAS PENALIDADES	76.026,00 €	75.481,96 €	1,09%	0,74%	99,3%
RENDIMENTOS DE PROPRIEDADE	2.801.500,00 €	497.099,61 €	7,18%	4,86%	17,7%
TRANSFERENCIAS CORRENTES	4.231.601,00 €	4.236.289,31 €	61,21%	41,43%	100,1%
FEF - Fundo de Equilíbrio Financeiro	3.256.300,00 €	3.256.300,00 €	47,05%	31,85%	100,0%
FSM - Fundo Social Municipal	228.517,00 €	222.114,00 €	3,21%	2,17%	97,2%
Participação Fixa no IRS	151.684,00 €	158.087,00 €	2,28%	1,55%	104,2%
Outros	544.000,00 €	457.069,38 €	6,60%	4,47%	84,0%
Serviços e Fundos Autónomos	51.100,00 €	142.718,93 €	2,06%	1,40%	279,3%
VENDA DE BENS E SERVIÇOS CORRENTES	805.500,00 €	757.164,86 €	10,94%	7,41%	94,0%
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	33.000,00 €	353.376,84 €	5,11%	3,46%	1070,8%
TOTAL RECEITAS CORRENTES	8.974.197,00 €	6.920.741,72 €	100,00%	67,69%	77,1%

Concluimos também que:

- dos 61,21% - peso estrutural das transferências correntes, 52,54 % referem-se ao peso estrutural dos fundos municipais correntes (FEF, FSM, IRS). Os fundos municipais são efectivamente a principal receita do Município.
- as receitas correntes representam 67,69% da receita total cobrada.
- a taxa de execução orçamental das receitas correntes é de 77,1 %.

Detalhe dos Impostos Directos:

Execução Orçamental dos Impostos Directos em 2011

DESCRIÇÃO	2011				
	ORÇAMENTO FINAL	RECEITA COBRADA BRUTA	PESO ESTRUTURAL (CORRENTES)	PESO ESTRUTURAL (TOTAL)	TAXAS DE EXECUÇÃO %
IMPOSTOS DIRECTOS	961.315,00 €	950.871,42 €	13,74%	9,30%	98,9%
Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI)	590.106,00 €	624.997,65 €	9,03%	6,11%	105,9%
Imposto Único de Circulação	127.647,00 €	139.468,44 €	2,02%	1,36%	109,3%
Imposto Mun. s/ T. Onerosas de Imóveis (IMT)	243.562,00 €	186.405,33 €	2,69%	1,82%	76,5%

O Imposto Municipal sobre Imóveis e o Imposto Único de Circulação tiveram uma taxa de execução superior a 100%, na ordem dos 105,9% e 109,3% respectivamente.

O Imposto Municipal sobre Transmissões Onerosas de Imóveis, teve uma taxa de execução de 76,5 %, enquanto que no ano 2010 foi de 115,7%.

A execução global dos impostos directos foi de 98,9%.





Evolução da Receita cobrada de Impostos Directos – Período 2011 e 2010

DESCRIÇÃO	2011	2010		
RECEITAS	RECEITA COBRADA	RECEITA COBRADA	Var. €	Var. %
IMPOSTOS DIRECTOS	950.871,42 €	977.430,22 €	- 26.558,80 €	-3%
Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI)	624.997,65 €	611.274,69 €	13.722,96 €	2%
Imposto Único de Circulação (IUC)	139.468,44 €	124.711,61 €	14.756,83 €	12%
Imposto Mun. s/ T. Onerosas de Imóveis (IMT)	186.405,33 €	241.443,92 €	- 55.038,59 €	-23%

O Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) e o Imposto Único de Circulação (IUC) registaram um aumento face a 2010 em cerca de 14 mil euros equivalentes a 2%, e 15 mil euros equivalentes a 12%, respectivamente.

Quanto ao Imposto Municipal sobre Transmissões Onerosas de Imóveis (IMT) assistimos a uma diminuição face a 2010 de 55 mil euros equivalente a 23%.

Detalhe das Transferências Correntes:

Execução Orçamental das Transferências Correntes em 2011

DESCRIÇÃO	2011				
RECEITAS CORRENTES	ORÇAMENTO FINAL	RECEITA COBRADA BRUTA	PESO ESTRUTURAL (CORRENTES)	PESO ESTRUTURAL (TOTAL)	TAXAS DE EXECUÇÃO %
TRANSFERENCIAS CORRENTES	4.231.601,00 €	4.236.289,31 €	61,21%	41,43%	100,1%
FEF - Fundo de Equilíbrio Financeiro	3.256.300,00 €	3.256.300,00 €	47,05%	31,85%	100,0%
FSM - Fundo Social Municipal	228.517,00 €	222.114,00 €	3,21%	2,17%	97,2%
Participação Fixa no IRS	151.684,00 €	158.087,00 €	2,28%	1,55%	104,2%
Outros	544.000,00 €	457.069,38 €	6,60%	4,47%	84,0%
Serviços e Fundos Autónomos	51.100,00 €	142.718,93 €	2,06%	1,40%	279,3%

O Orçamento de Estado para 2011, publicado em 31 de Dezembro 2011 (Lei 55-A/2010), estipulou o valor das transferências para os Municípios. Constatamos que os valores orçamentados pela Câmara Municipal não são coincidentes havendo compensações nas rubricas do FSM e IRS, pelo facto de ter havido alterações no OE no período de Outubro a Dezembro, porém, a execução obtida retrata para as diferentes rubricas taxas de execução próximas dos 100%.

Evolução das transferências correntes – Período 2011 e 2010





DESCRIÇÃO	2011	2010		
RECEITAS	RECEITA COBRADA	RECEITA COBRADA	Var. €	Var. %
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	4.236.289,31 €	4.341.907,69 €	- 105.618,38 €	-2,43%
FEF - Fundo de Equilíbrio Financeiro	3.256.300,00 €	3.428.433,92 €	- 172.133,92 €	-5,02%
FSM - Fundo Social Municipal	222.114,00 €	240.603,00 €	- 18.489,00 €	-7,68%
Participação Fixa no IRS	158.087,00 €	158.212,00 €	- 125,00 €	-0,08%
Outros	457.069,38 €	411.719,37 €	45.350,01 €	11,01%
Serviços e Fundos Autónomos	142.718,93 €	102.939,40 €	39.779,53 €	38,64%

O valor global das transferências correntes registou uma diminuição face a 2010 em cerca de 106 mil euros equivalentes a 2,43%.

As rubricas que apresentam maior variação em valor são FEF e o FSM.

Destaca-se o facto de o valor transferido da rubrica "outros" que inclui transportes escolares, AEC's, componente social entre outras, ter um acréscimo de 45 mil euros ou seja 11%, e os serviços e fundos autónomos que integra as contribuições do IEPF e PEPAL apresentarem um acréscimo de cerca de 40 mil euros, ou seja o equivalente a 38,64%.

Detalhe da Venda de Bens e Serviços:

Execução Orçamental da Venda de Bens e Serviços em 2011

DESCRIÇÃO	2011				
RECEITAS	ORÇAMENTO FINAL	RECEITA COBRADA BRUTA	PESO ESTRUTURAL (CORRENTES)	PESO ESTRUTURAL (TOTAL)	TAXAS DE EXECUÇÃO %
VENDA DE BENS E SERVIÇOS CORRENTES	805.500,00 €	757.164,86 €	10,94%	7,41%	94,0%
Publicações e Impressos	1.000,00 €	160,38 €	0,00%	0,00%	16,0%
Produtos acabados e intermédios - Água	250.000,00 €	216.534,50 €	3,13%	2,12%	86,6%
Outros	5.000,00 €	390,57 €	0,01%	0,00%	7,8%
Serviços Sociais	12.000,00 €	10.687,73 €	0,15%	0,10%	89,1%
Serviços Culturais	5.000,00 €	4.733,45 €	0,07%	0,05%	94,7%
Serviços Desportivos	75.000,00 €	74.832,61 €	1,08%	0,73%	99,8%
Saneamento	5.000,00 €	4.426,77 €	0,06%	0,04%	88,5%
Transportes colectivos de pessoas e mercadorias	20.000,00 €	5.201,30 €	0,08%	0,05%	26,0%
Transportes por conta de particulares	50.000,00 €	58.751,13 €	0,85%	0,57%	117,5%
Cemitérios	10.000,00 €	9.864,35 €	0,14%	0,10%	98,6%
Parques de Estacionamento	2.500,00 €	- €	0,00%	0,00%	0,0%
Parque de Campismo	500,00 €	- €	0,00%	0,00%	0,0%
Tarifa de Disponibilidade - Água	98.500,00 €	104.703,06 €	1,51%	1,02%	106,3%
Tarifa de Disponibilidade - Saneamento	88.500,00 €	94.723,19 €	1,37%	0,93%	107,0%
Tarifa de Disponibilidade - RSU	123.500,00 €	130.393,15 €	1,88%	1,28%	105,6%
Rendas de Habitações	15.000,00 €	9.835,38 €	0,14%	0,10%	65,6%
Rendas de Edifícios	25.000,00 €	18.300,43 €	0,26%	0,18%	73,2%
Outros	19.000,00 €	13.626,86 €	0,20%	0,13%	71,7%

Através do quadro anterior podemos constatar que a execução global do valor da venda de bens e serviços correntes foi de 94%, próxima dos 100% desejáveis.





Assumem especial destaque as rubricas relacionadas com a venda e serviços de água, saneamento e RSU. Destaca-se também os valores auferidos pela prestação de serviços dos equipamentos desportivos do Município e o valor inerente aos passes de transportes escolares.

Evolução da Venda de Bens e Serviços – Período 2011 e 2010

DESCRIÇÃO	2011	2010		
RECEITAS	RECEITA COBRADA	RECEITA COBRADA	Var. €	Var. %
VENDA DE BENS E SERVIÇOS CORRENTES	757.164,86 €	761.985,98 €	- 4.821,12 €	-0,6%
Publicações e Impressos	160,38 €	159,32 €	1,06 €	0,7%
Produtos acabados e Intermedios - Água	216.534,50 €	230.281,97 €	- 13.747,47 €	-6,0%
Outros	390,57 €	882,25 €	- 491,68 €	-55,7%
Serviços Sociais	10.687,73 €	10.485,67 €	202,06 €	1,9%
Serviços Culturais	4.733,45 €	5.235,30 €	- 501,85 €	-9,6%
Serviços Desportivos	74.832,61 €	69.019,30 €	5.813,31 €	8,4%
Saneamento	4.426,77 €	3.771,16 €	655,61 €	17,4%
Transportes colectivos de pessoas e mercadorias	63.952,43 €	70.741,02 €	- 6.788,59 €	-9,6%
Transportes por conta de particulares	13.510,60 €	7.806,23 €	5.704,37 €	73,1%
Cemitérios	9.864,35 €	8.068,13 €	1.796,22 €	22,3%
Parques de Estacionamento	- €	- €	- €	0,0%
Outros	116,26 €	- €	116,26 €	100,0%
Parque de Campismo	- €	1.805,50 €	- 1.805,50 €	100,0%
Reembolso de Seguros	- €	- €	- €	0,0%
Tarifa de Disponibilidade - Água	104.703,06 €	102.338,78 €	2.364,28 €	2,3%
Tarifa de Disponibilidade - Saneamento	94.723,19 €	92.256,59 €	2.466,60 €	2,7%
Tarifa de Disponibilidade - RSU	130.393,15 €	129.012,68 €	1.380,47 €	1,1%
Rendas de Habitações	9.835,38 €	11.038,64 €	- 1.203,26 €	-10,9%
Rendas de Edifícios	18.300,43 €	19.083,44 €	- 783,01 €	-4,1%

Com a Venda de Bens e Serviços, o Município arrecadou no ano 2011, 757.164,86 euros, valor inferior ao ano 2010 em 4.821,12 €, equivalente a 0.6%.

Completamos de seguida a nossa análise da **receita corrente** com um quadro da variação anual comparativa dos capítulos que a compõem:

DESCRIÇÃO	2011	2010		
RECEITAS	RECEITA COBRADA	RECEITA COBRADA	Var. €	Var. %
IMPOSTOS DIRECTOS	950.871,42 €	977.430,22 €	- 26.558,80 €	-2,7%
IMPOSTOS INDIRECTOS	50.457,72 €	63.781,24 €	- 13.323,52 €	-20,9%
TAXAS, MULTAS E OUTRAS PENALIDADES	75.481,96 €	81.615,08 €	- 6.133,12 €	-7,5%
RENDIMENTOS DE PROPRIEDADE	497.099,61 €	491.225,19 €	5.874,42 €	1,2%
TRANSFERENCIAS CORRENTES	4.236.289,31 €	4.341.907,69 €	- 105.618,38 €	-2,4%
VENDA DE BENS E SERVIÇOS CORRENTES	757.164,86 €	761.985,98 €	- 4.821,12 €	-0,6%
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	353.376,84 €	202.170,53 €	151.206,31 €	74,8%
TOTAL RECEITAS CORRENTES	6.920.741,72 €	6.920.115,93 €	625,79 €	0,0%

Em conclusão, ao analisarmos o quadro anterior, verificamos que em termos globais o valor das receitas correntes no ano 2011, são muito similares ao ano 2010, existindo apenas uma diferença positiva de 625,79 euros. Porém com a excepção das rubricas





“rendimentos de propriedade e outras receitas correntes” todas as restantes tiveram uma variação negativa no biénio em análise.

1.1.2. RECEITA DE CAPITAL

A receita de capital arrecadada pelo Município durante o ano de 2011 ascendeu a 3.303.976,83 euros.

Na receita de capital distinguem-se dois grandes capítulos:

- a) Transferências de capital, com um peso estrutural nas receitas de capital de 91,68%; e
- b) Passivos Financeiros, com um peso estrutural nas receitas de capital de 8,32%.

A receita cobrada e liquidada nestes dois capítulos representam 100% das receitas de capital do ano 2011.

Observando o quadro que se segue:

Estrutura das Receita de Capital – ano 2011

DESCRIÇÃO	ORÇAMENTO FINAL	RECEITA COBRADA BRUTA	2011		
			PESO ESTRUTURAL (CAPITAL)	PESO ESTRUTURAL (TOTAL)	TAXAS DE EXECUÇÃO %
VENDA DE BENS DE INVESTIMENTO	425.150,00 €	- €	0,00%	0,00%	0,0%
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	8.944.653,00 €	3.028.976,83 €	91,68%	29,62%	33,9%
ACTIVOS FINANCEIROS	- €	- €	0,00%	0,00%	0,0%
PASSIVOS FINANCEIROS	600.000,00 €	275.000,00 €	8,32%	2,69%	45,8%
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	6.000,00 €	- €	0,00%	0,00%	0,0%
TOTAL RECEITAS DE CAPITAL	9.975.803,00 €	3.303.976,83 €	100,00%	32,31%	33,1%

Concluimos também que:

- a) as receitas de capital representam 32,31% da receita total cobrada.
- b) a taxa de execução orçamental das receitas de capital é de 33,1%.

De seguida vamos analisar o comportamento da receita de capital em relação ao ano anterior:

DESCRIÇÃO	2011	2010	Var. €	Var. %
	RECEITA COBRADA	RECEITA COBRADA		
VENDA DE BENS DE INVESTIMENTO	- €	34.360,00 €	- 34.360,00 €	-100,0%
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	3.028.976,83 €	2.456.194,79 €	572.782,04 €	23,3%
ACTIVOS FINANCEIROS	- €	- €	- €	0,0%
PASSIVOS FINANCEIROS	275.000,00 €	750.000,00 €	- 475.000,00 €	-63,3%
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	- €	4.050,00 €	- 4.050,00 €	100,0%
TOTAL RECEITAS DE CAPITAL	3.303.976,83 €	3.244.604,79 €	59.372,04 €	1,8%



Assim, e com base no quadro anterior verifica-se que comparativamente com o ano 2010, a rubrica passivos financeiros foi a que mais contribuiu em valor para o decréscimo total da receita de capital, pelo facto de no ano 2011 o Município apenas ter utilizado 275.000 euros do empréstimo de curto prazo, enquanto que no ano 2010 a utilização foi de 750.000 euros.

1.1.3 RÁCIOS DA ESTRUTURA DA RECEITA

O quadro seguinte apresenta os Rácios de Gestão relativos à estrutura de Receita, comparando 2011/2010:

Rácios de Estrutura da Receita Total

FÓRMULAS / RUBRICAS	2011		2010	
	Valor	%	Valor	%
Receitas Próprias (1)	1.733.580,99 €	17%	1.600.778,02 €	16%
Receita Total	10.224.718,55 €		10.164.931,72 €	
Impostos Directos	950.871,42 €	9%	977.430,22 €	10%
Receita Total	10.224.718,55 €		10.164.931,72 €	
FEF + FSM + IRS	5.807.367,00 €	57%	6.112.929,92 €	60%
Receita Total	10.224.718,55 €		10.164.931,72 €	
Passivos Financeiros	275.000,00 €	3%	750.000,00 €	7%
Receita Total	10.224.718,55 €		10.164.931,72 €	
Venda de Bens e Serviços	757.164,86 €	7%	796.345,98 €	8%
Receita Total	10.224.718,55 €		10.164.931,72 €	

- (1) Consiste no somatório das seguintes componentes do orçamento executado: impostos indirectos + taxas, multas e outras penalidades + rendimentos de propriedade + venda de bens e prestação de serviços correntes + outras receitas correntes.

A análise alargada aos rácios (2011/2010) permite concluir que:

A receita própria (impostos indirectos + taxas, multas e outras penalidades + rendimentos de propriedade + venda de bens e prestação de serviços correntes + outras receitas correntes) teve um aumento face a 2010, na ordem dos 133 mil euros. Em relação aos impostos directos, registaram uma diminuição de 26.559 euros aproximadamente, reduzindo o seu peso estrutural para 9%.

Os fundos municipais resultantes do OE diminuíram cerca de 305.600 euros. O resultado obtido para este rácio permite concluir um grau de dependência desta receita é de 57%, enquanto que no ano 2010 foi de 60%.





Em 2010, 7% da receita foi proveniente de empréstimos bancários, resultado da maior utilização do empréstimo de curto prazo. Dado que no ano 2011, a utilização foi muito inferior, tal situação originou uma descida de 63 pontos percentuais.

A receita resultante da venda de bens e serviços foi inferior em cerca de 40 mil euros, pelo que diminuiu em 5 pontos percentuais o seu peso em relação à receita total.

1.2. EVOLUÇÃO DA DESPESA

Para apreciarmos a evolução da despesa podemos observar o quadro seguinte:

Evolução orçamental da Despesa

DESPESAS					
ANO	Natureza	Previsão Inicial	Previsão Final	Execução	Taxa de Execução %
2011	Correntes	8.892.365,68 €	9.668.138,97 €	6.113.716,87 €	63,24%
	Capital	10.057.634,32 €	9.281.861,03 €	4.084.171,06 €	44,00%
	TOTAL	18.950.000,00 €	18.950.000,00 €	10.197.887,93 €	53,81%
2010	Correntes	8.611.675,00 €	8.873.557,33 €	5.689.838,68 €	64,12%
	Capital	12.249.961,00 €	12.111.511,94 €	4.521.008,38 €	37,33%
	TOTAL	20.861.636,00 €	20.985.069,27 €	10.210.847,06 €	48,66%

O quadro anterior resume os principais valores pagos pelo Município nos últimos dois anos.

Durante o ano de 2011 a taxa de execução (53,81%) foi superior em relação ao ano anterior (48,66%).

Ao analisarmos a evolução orçamental da despesa, verificamos que no ano 2011 registou-se uma diminuição do valor executado face ao ano anterior de 12.959,13 euros.

O Município pagou ao longo de 2011, o montante de 10.197.887,93 euros, sendo 63,24% de despesas correntes (6.113.716,87 euros) e 44% de despesas de capital (4.084.171,06 euros).

A aproximação à realidade dos valores orçamentados avalia-se com base no grau de execução orçamental, e em números redondos, podemos referir e concluir o seguinte:





Evolução do grau de execução orçamental da Despesa – período 2011 e 2010

ANO	2011	2010
GRAU DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL	53,81%	48,66%

Ao analisarmos o grau de execução orçamental da despesa, verificamos que em relação ao ano anterior houve um acréscimo de 5,15 pontos percentuais.

1.2.1. DESPESA CORRENTE

A despesa corrente distingue-se em cinco grandes capítulos:

- a) Despesas com pessoal, com um peso estrutural nas despesas correntes de 48,82%;
- b) Aquisição de bens e serviços; com um peso estrutural nas despesas correntes de 33,56%;
- c) Juros e outros encargos, com um peso estrutural nas despesas correntes de 3,98%;
- d) Transferências correntes, com um peso estrutural nas despesas correntes de 13,34%;
- e) Outras despesas correntes, com um peso residual na estrutura nas despesas correntes de 0,31%;

A despesa corrente paga nestes cinco capítulos representa um total de 59,95% das despesas totais do ano 2011 e tiveram uma taxa de execução de 63,2%.

Execução orçamental das Despesas Correntes em 2011





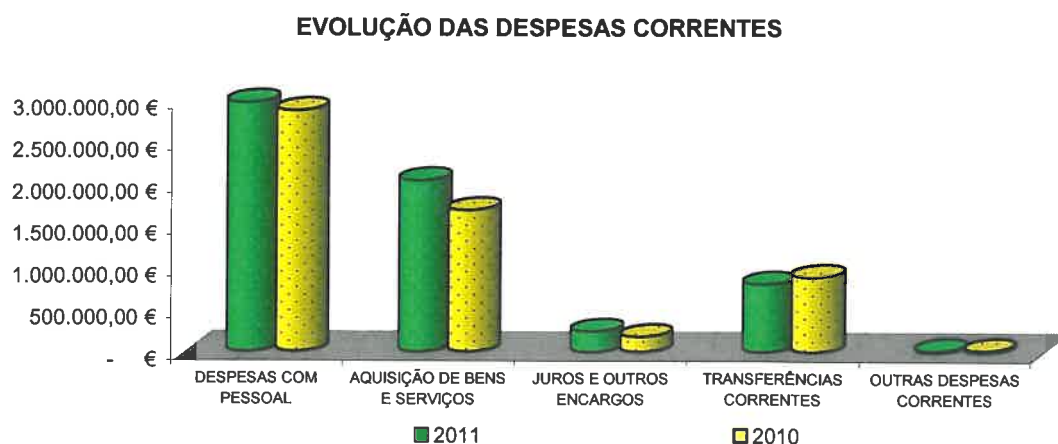
DESCRIÇÃO	2011				
	ORÇAMENTO FINAL	DESPESA PAGA	PESO ESTRUTURAL (CORRENTES)	PESO ESTRUTURAL (TOTAL)	TAXAS DE EXECUÇÃO %
DESPESAS COM PESSOAL	3.011.951,09 €	2.984.532,19 €	48,82%	29,27%	99,1%
AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	5.294.006,69 €	2.051.466,30 €	33,56%	20,12%	38,8%
Aquisição de Bens	1.647.624,20 €	452.430,19 €	7,40%	4,44%	27,5%
Aquisição de Serviços	3.646.382,49 €	1.599.036,11 €	26,15%	15,68%	43,9%
JUROS E OUTROS ENCARGOS	352.742,29 €	243.315,36 €	3,98%	2,39%	69,0%
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	978.738,90 €	815.349,36 €	13,34%	8,00%	83,3%
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	30.700,00 €	19.053,66 €	0,31%	0,19%	62,1%
TOTAL DESPESAS CORRENTES	9.668.138,97 €	6.113.716,87 €	100,00%	59,95%	63,2%

Evolução das Despesas Correntes – Período 2011 e 2010

As despesas correntes durante o ano 2011, registaram um aumento de 423.878,19 euros, distribuídos e justificados pelas rubricas constantes no quadro seguinte:

DESCRIÇÃO	2011	2010	Var. €	Var. %
DESPESA CORRENTE	DESPESA PAGA	DESPESA PAGA		
DESPESAS COM PESSOAL	2.984.532,19 €	2.889.017,00 €	95.515,19 €	3,31%
AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	2.051.466,30 €	1.696.774,50 €	354.691,80 €	20,90%
Aquisição de Bens	452.430,19 €	299.604,35 €	152.825,84 €	0,00%
Aquisição de Serviços	1.599.036,11 €	1.397.170,15 €	201.865,96 €	14,45%
JUROS E OUTROS ENCARGOS	243.315,36 €	180.990,28 €	62.325,08 €	34,44%
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	815.349,36 €	901.822,38 €	-86.473,02 €	-9,59%
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	19.053,66 €	21.234,52 €	-2.180,86 €	-10,27%
TOTAL DESPESA CORRENTE	6.113.716,87 €	5.689.838,68 €	423.878,19 €	7,45%

Gráfico: Evolução das Despesas Correntes, por classificação económica – período 2010-2011





Detalhe das despesas com pessoal:

DESCRIÇÃO	2011	2010		
DESPESAS CORRENTES	DESPESA PAGA	DESPESA PAGA	Var. €	Var. %
DESPESAS COM PESSOAL	2.984.532,19 €	2.889.017,00 €	95.515,19 €	3,31%
Remunerações Certas e Permanentes	2.514.900,36 €	2.376.693,26 €	138.207,10 €	5,82%
Abonos Variáveis ou Eventuais	52.468,66 €	58.221,97 €	- 5.753,31 €	-9,88%
Segurança Social	417.163,17 €	454.101,77 €	- 36.938,60 €	-8,13%

Comparativamente com 2010, em 2011 as despesas com o pessoal aumentaram 95.515,19 euros, sendo que:

- a) as remunerações certas e permanentes aumentaram 138.207,10 euros;
- b) os abonos variáveis ou eventuais diminuiram 5.753,31 euros; e
- c) as despesas com a segurança social (CGA, SS, encargos com saúde) diminuiram 36.938,60 euros.

Detalhe das Aquisições de Bens e Serviços:

DESCRIÇÃO	2011	2010		
DESPESAS CORRENTES	DESPESA PAGA	DESPESA PAGA	Var. €	Var. %
AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	2.051.466,30 €	1.696.774,50 €	354.691,80 €	20,90%
Aquisição de Bens	452.430,19 €	299.604,35 €	152.825,84 €	51,01%
Combustíveis e Lubrificantes	180.888,18 €	159.754,84 €	21.133,34 €	13,23%
Munições, explosivos e artificios	61,20 €	- €	61,20 €	100,00%
Limpeza e Higiene	4.222,13 €	6.872,74 €	- 2.650,61 €	-38,57%
Vestuário e artigos pessoais	2.922,37 €	621,61 €	2.300,76 €	370,13%
Material de escritório	3.519,75 €	12.055,96 €	- 8.536,21 €	-70,80%
Prémios condecorações e ofertas	6.008,52 €	9.003,81 €	- 2.995,29 €	-33,27%
Mercadorias para venda				
Água	224.640,85 €	75.637,08 €	149.003,77 €	197,00%
Material de Educação, cultura	1.655,00 €	9.283,08 €	- 7.628,08 €	-82,17%
Outros	28.512,19 €	26.375,23 €	2.136,96 €	8,10%
Aquisição de Serviços	1.599.036,11 €	1.397.170,15 €	201.865,96 €	14,45%
Encargos de Instalações	536.183,07 €	531.552,84 €	4.630,23 €	0,87%
Conservação de bens	35.615,20 €	26.629,36 €	8.985,84 €	33,74%
Locação de bens	6.431,45 €	8.210,88 €	- 1.779,43 €	-21,67%
Comunicações	57.358,97 €	70.074,37 €	- 12.715,40 €	-18,15%
Transportes	316.607,29 €	161.567,15 €	155.040,14 €	95,96%
Seguros	24.878,88 €	24.925,44 €	- 46,56 €	-0,19%
Estudos, parceres, projectos	8.167,20 €	18.717,18 €	- 10.549,98 €	-56,37%
Assistência técnica	13.666,77 €	18.952,71 €	- 5.285,94 €	-27,89%
Outros trabalhos especializados	357.400,56 €	170.133,17 €	187.267,39 €	110,07%
Encargos de cobrança de receitas	63.689,08 €	105.613,18 €	- 41.924,10 €	-39,70%
Outros	179.037,64 €	260.793,87 €	- 81.756,23 €	-31,35%

Comparativamente com 2010, em 2011 as aquisições de bens e serviços (pagas) aumentaram 354.691,80 euros, sendo que:

- a) as aquisições de bens aumentaram 152.825,84 euros; e





b) as aquisições de serviços aumentaram 201.865,96 euros.

Refira-se que grande parte destes encargos decorre da regular actividade do Município – Despesas de Funcionamento, onde se incluem encargos das instalações, electricidade, combustíveis, aquisição de água de abastecimento público, tratamento de afluentes e resíduos, transportes escolares, comunicações, seguros, aquisições de projectos e consultadoria, pequenas reparações e conservações, trabalhos especializados.

Detalhe dos Juros e Outros Encargos:

DESCRIÇÃO	2011	2010	Var. €	Var. %
DESPESAS CORRENTES	DESPESA PAGA	DESPESA PAGA		
JUROS E OUTROS ENCARGOS	243.315,36 €	180.990,28 €	62.325,08 €	34,44%
Empréstimos de Curto Prazo	8.400,62 €	5.322,48 €	3.078,14 €	57,83%
Empréstimos de Médio e Longo Prazo	103.498,85 €	109.737,51 €	- 6.238,66 €	-5,69%
Outros Encargos Financeiros	131.415,89 €	65.930,29 €	65.485,60 €	99,33%

O valor suportado com juros e outros encargos sofreu um aumento de 34,44% equivalente a 62.325,08 euros.

Constata-se uma diminuição no valor dos juros de empréstimos de médio e longo prazo, em virtude da redução do capital em dívida, no entanto, verifica-se um acréscimo muito significativo do valor dos outros encargos financeiros, resultante do débito de juros imputados por fornecedores.

Detalhe das Transferências Correntes:

DESCRIÇÃO	2011	2010	Var. €	Var. %
DESPESAS CORRENTES	DESPESA PAGA	DESPESA PAGA		
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	815.349,36 €	901.822,38 €	- 86.473,02 €	-9,59%
Sociedades e Quase Sociedades não				
Financeiras - Privadas	- €	7.182,72 €	- 7.182,72 €	-100,00%
Administração Central Estado	102.013,73 €	74.115,41 €	27.898,32 €	37,64%
Administração Local				
Freguesias	196.034,49 €	244.442,96 €	- 48.408,47 €	-19,80%
Associação de Municípios	- €	- €	- €	
Outros	- €	1.000,00 €	- 1.000,00 €	-100,00%
Instituições Sem Fins Lucrativos	488.760,04 €	544.693,61 €	- 55.933,57 €	-10,27%
Famílias	28.541,10 €	30.387,68 €	- 1.846,58 €	-6,08%

Comparativamente com o ano 2010, em 2011 o valor das transferências correntes efectivamente pagas foi inferior em 86.473,02 euros.





As transferências correntes reflectem essencialmente os apoios financeiros atribuídos às diferentes Instituições, Associações e Juntas de Freguesia.

1.2.2. DESPESA DE CAPITAL

A despesa de Capital desagrega-se em quatro grandes capítulos:

DESCRIÇÃO	2011				
DESPESAS DE CAPITAL	ORÇAMENTO FINAL	DESPESA PAGA	PESO ESTRUTURAL (CAPITAL)	PESO ESTRUTURAL (TOTAL)	TAXAS DE EXECUÇÃO %
AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL	6.680.104,89 €	2.252.659,76 €	36,85%	22,09%	33,7%
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	1.069.166,40 €	327.904,91 €	5,36%	3,22%	30,7%
ACTIVOS FINANCEIROS	20.000,00 €	7.500,00 €	0,12%	0,07%	37,5%
PASSIVOS FINANCEIROS	1.512.589,74 €	1.496.106,39 €	24,47%	14,67%	98,9%
TOTAL DESPESAS DE CAPITAL	9.281.861,03 €	4.084.171,06 €	100%	40,05%	44,0%

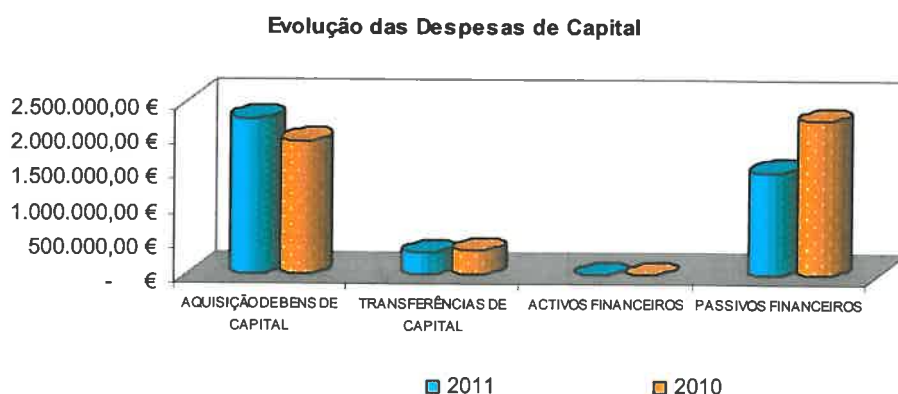
A despesa de Capital paga representa um total de 40,05% das despesas totais do ano 2011 e tiveram uma taxa de execução de 44,0%.

Evolução das Despesas de Capital – Período 2011 e 2010

As despesas de capital durante o ano 2011, registaram uma diminuição bastante significativa face a 2010, de 436.837,32 euros, distribuídos e justificados pelas rubricas constantes no quadro seguinte:

DESCRIÇÃO	2011	2010	Var. €	Var. %
DESPESAS DE CAPITAL	DESPESA PAGA	DESPESA PAGA		
AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL	2.252.659,76 €	1.927.427,10 €	325.232,66 €	16,87%
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	327.904,91 €	343.102,86 €	-15.197,95 €	-4,43%
ACTIVOS FINANCEIROS	7.500,00 €	10.000,00 €	-2.500,00 €	100,00%
PASSIVOS FINANCEIROS	1.496.106,39 €	2.240.478,42 €	-744.372,03 €	-33,22%
TOTAL DESPESAS DE CAPITAL	4.084.171,06 €	4.521.008,38 €	-436.837,32 €	-9,66%

Gráfico: Evolução das Despesas de Capital, por classificação económica – período 2011-2010





Detalhe das Aquisições de Bens de Capital:

DESCRIÇÃO	2011	2010		
DESPESAS DE CAPITAL	DESPESA PAGA	DESPESA PAGA	Var. €	Var. %
AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL	2.252.659,76 €	1.927.427,10 €	325.232,66 €	16,87%
Terrenos	77.231,25 €	460.958,01 € -	383.726,76 €	-83,25%
Habitacões	34.596,24 €	27.856,77 €	6.739,47 €	24,19%
Edifícios	416.219,07 €	129.377,74 €	286.841,33 €	221,71%
Construções Diversas	1.499.681,66 €	1.103.935,03 €	395.746,63 €	35,85%
Material de Transportes	66.175,69 €	51.921,94 €	14.253,75 €	27,45%
Equipamento de Informática	5.701,75 €	2.281,80 €	3.419,95 €	149,88%
Equipamento Administrativo	12.641,12 €	20.951,15 € -	8.310,03 €	-39,66%
Equipamento Básico	22.383,63 €	33.326,83 € -	10.943,20 €	-32,84%
Artigos e Objectos de Valor	952,30 €	644,70 €	307,60 €	100,00%
Outros Investimentos	117.077,05 €	83.856,18 €	33.220,87 €	39,62%
Bens de Domínio Público	- €	12.316,95 € -	12.316,95 €	-100,00%

Globalmente, o valor da aquisição de bens de capital apresenta um acréscimo de 16,87 %, superior a 325.000 de euros, no ano 2011 comparativamente com o ano 2010.

A rubrica "Construções Diversas" é a que apresenta maior expressão em valor, explicando 35,85% do acréscimo. Do mesmo modo a rubrica "Edifícios" também apresenta um acréscimo significativo representando 221,71% correspondendo a 286.841 euros. Inversamente, no ano 2011 o Município despendeu menos recursos comparativamente com o ano anterior, na rubrica de "Terrenos" correspondendo a um decréscimo de 383.726 euros. Tal facto é explicado pelo forte investimento realizado nesta área no ano 2010 associado essencialmente aos investimentos do Centro Escolar e do Parque Desportivo.

Detalhe das Transferências de Capital:

DESCRIÇÃO	2011	2010		
DESPESAS DE CAPITAL	DESPESA PAGA	DESPESA PAGA	Var. €	Var. %
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	327.904,91 €	343.102,86 € -	15.197,95 €	-4,43%
Freguesias	157.625,91 €	166.201,69 € -	8.575,78 €	-5,16%
Associações de Municípios	79.940,00 €	105.000,00 € -	25.060,00 €	-23,87%
Instituições Sem Fins Lucrativos	90.339,00 €	71.901,17 €	18.437,83 €	25,64%

Comparativamente com o ano 2010, em 2011 o valor das transferências de capital efectivamente pagas foi inferior em 15.197,95 euros.





As transferências de capital reflectem essencialmente os apoios financeiros para investimento atribuídos às Juntas de Freguesia (protocolos), Associação Regional de Municípios de Vale do Távora, e outras Instituições.

Detalhe dos Passivos Financeiros:

DESCRIÇÃO	2011	2010		
DESPESAS DE CAPITAL	DESPESA PAGA	DESPESA PAGA	Var. €	Var. %
PASSIVOS FINANCEIROS	1.496.106,39 €	2.240.478,42 €	- 744.372,03 €	-33,22%
Empréstimos de Curto Prazo	275.000,00 €	1.050.000,00 €	- 775.000,00 €	-73,81%
Empréstimos de Médio e Longo Prazo	1.221.106,39 €	1.190.478,42 €	30.627,97 €	2,57%

O valor dos passivos financeiros reflecte a utilização / pagamento dos empréstimos bancários.

No ano 2011, o decréscimo do valor dos empréstimos de curto prazos é explicado pela menor utilização destes recursos financeiros. Salienta-se que no ano 2010 para além da utilização dos empréstimos bancários do próprio ano, foram amortizados 300.000,00 euros que transitaram do ano 2009.

Relativamente aos empréstimos de médio e longo prazo, foi amortizado no ano 2011, 1.221.106,39 euros, valor este, superior em 30.627,97 euros face ao ano 2010. As amortizações dos empréstimos de médio e longo prazo correspondem em média a 102.000 euros mês.

1.2.3. RÁCIOS DA ESTRUTURA DA DESPESA

O quadro seguinte apresenta os Rácios de Gestão relativos à estrutura da Despesa, comparando os resultados de 2011 e 2010:

Rácios de análise da Estrutura da Despesa





FÓRMULAS / RUBRICAS	2011		2010	
	Valor	%	Valor	%
Despesas com Pessoal	2.984.532,19 €	49%	2.889.017,00 €	51%
Despesa Corrente	6.113.716,87 €		5.689.838,68 €	
Despesas com Pessoal	2.984.532,19 €	29%	2.889.017,00 €	28%
Despesa Total	10.197.887,93 €		10.210.847,06 €	
Aquisição de bens e serviços Correntes	2.051.466,30 €	20%	1.696.774,50 €	17%
Despesa Total	10.197.887,93 €		10.210.847,06 €	
Aquisição de bens de investimento	2.252.659,76 €	22%	1.927.427,10 €	19%
Despesa Total	10.197.887,93 €		10.210.847,06 €	
Transferências Correntes	815.349,36 €	13%	901.822,38 €	16%
Despesa Corrente	6.113.716,87 €		5.689.838,68 €	
Transferências Correntes	815.349,36 €	8%	901.822,38 €	9%
Despesa Total	10.197.887,93 €		10.210.847,06 €	
Transferências de Capital	327.904,91 €	8%	343.102,86 €	8%
Despesa de Capital	4.084.171,06 €		4.521.008,38 €	
Transferências de Capital	327.904,91 €	3%	343.102,86 €	3%
Despesa Total	10.197.887,93 €		10.210.847,06 €	
Amortização de Empréstimos de CP	275.000,00 €	3%	1.050.000,00 €	10%
Despesa Total	10.197.887,93 €		10.210.847,06 €	
Amortização de Empréstimos de MLP	1.221.106,39 €	12%	1.190.478,42 €	12%
Despesa Total	10.197.887,93 €		10.210.847,06 €	
Serviço da Dívida de Empréstimos de MLP	1.464.421,75 €	14%	1.300.215,93 €	13%
Despesa Total	10.197.887,93 €		10.210.847,06 €	
Despesa de Capital	4.084.171,06 €	40%	4.521.008,38 €	44%
Despesa Total	10.197.887,93 €		10.210.847,06 €	
Despesa Corrente	6.113.716,87 €	60%	5.689.838,68 €	56%
Despesa Total	10.197.887,93 €		10.210.847,06 €	
Despesa Total	10.197.887,93 €	998,62 €	10.210.847,06 €	999,89 €
População (Fonte: DGAL 2011)	10.212		10.212	

Dos vários rácios mencionados destacam-se os seguintes:

O peso estrutural das despesas com pessoal situou-se em 29% do total das despesas efectuadas, traduzindo uma situação aceitável a este nível. No entanto, representam 49 % das despesas correntes.

A totalidade das aquisições de bens de investimento e de serviços correntes representam 22 % no conjunto da despesa total.

O peso do serviço de dívida de médio e longo prazo (amortização de empréstimos + juros), representa 14% da despesa total.

O Valor da despesa realizada considerando a população do Concelho em 2011, situou-se nos 998,62 euros, enquanto que em 2010 (tendo por base a mesma população) foi de 999,89 euros.

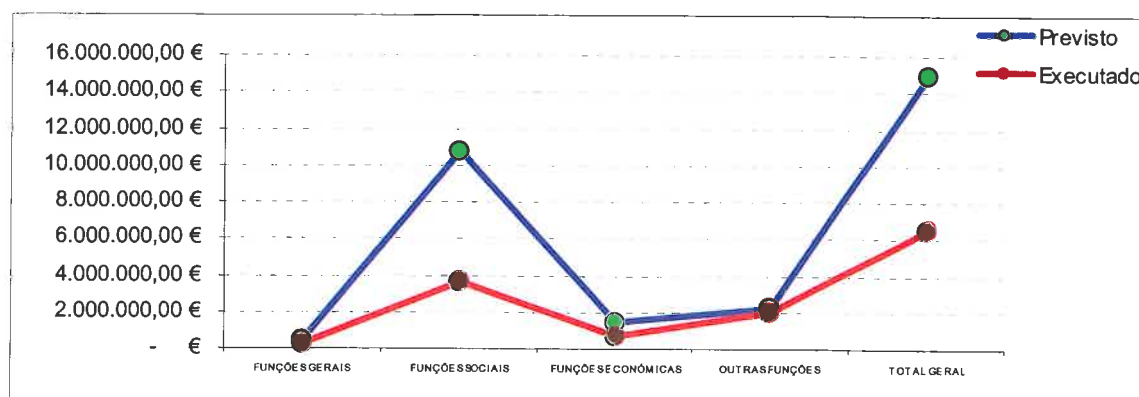


2. Análise das Grandes Opções do Plano – GOP

Execução orçamental das Grandes Opções do Plano

Código	Classificação Funcional	GOP'S 2011				
		Previsão		Execução Valor	Execução	
		Inicial	Final		Exec. %	Exec. %
		(a)	(b)	(c)	(c)/(a)	(c)/(b)
1.	FUNÇÕES GERAIS	326.052,02 €	443.713,84 €	166.214,92 €	51,0%	37,5%
1.1.	SERVIÇOS GERAIS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	223.223,58 €	271.024,40 €	108.996,49 €	48,8%	40,2%
1.2.	SEGURANÇA E ORDEM PÚBLICA	102.828,44 €	172.689,44 €	57.218,43 €	55,6%	33,1%
2.	FUNÇÕES SOCIAIS	10.618.146,01 €	10.763.508,60 €	3.644.672,72 €	34,3%	33,9%
2.1.	EDUCAÇÃO	3.194.935,69 €	2.935.361,30 €	1.058.390,49 €	33,1%	36,1%
2.1.1.	Ensino não superior	1.866.769,05 €	1.565.441,46 €	492.211,92 €	26,4%	31,4%
2.1.2.	Serviços auxiliares de ensino	1.328.166,64 €	1.369.919,84 €	566.178,57 €	42,6%	41,3%
2.2.	SAÚDE	500,00 €	1.000,00 €	- €	0,0%	0,0%
2.2.1.	Serviços individuais de saúde	500,00 €	1.000,00 €	- €	0,0%	0,0%
2.3.	SEGURANÇA E ACÇÃO SOCIAIS	333.500,00 €	336.043,82 €	62.528,04 €	18,7%	18,6%
2.3.2.	Ação Social	333.500,00 €	336.043,82 €	62.528,04 €	18,7%	18,6%
2.4.	HABITAÇÃO E SERVIÇOS COLECTIVOS	4.916.229,96 €	4.241.877,87 €	1.089.782,93 €	22,2%	25,7%
2.4.1.	Habitação	436.209,53 €	58.309,53 €	16.534,29 €	3,8%	28,4%
2.4.2.	Ordenamento do território	1.648.516,68 €	1.233.404,08 €	408.821,36 €	24,8%	33,1%
2.4.3.	Saneamento	1.005.453,90 €	970.021,01 €	222.759,54 €	22,2%	23,0%
2.4.4.	Abastecimento de Água	1.227.368,18 €	1.414.523,02 €	279.286,26 €	22,8%	19,7%
2.4.5.	Resíduos Sólidos	326.731,67 €	298.031,67 €	116.166,48 €	35,6%	39,0%
2.4.6.	Protecção do meio ambiente e conservação da natureza	271.950,00 €	267.588,56 €	46.215,00 €	17,0%	17,3%
2.5.	SERVIÇOS CULTURAIS, RECREATIVOS E RELIGIOSOS	2.172.980,36 €	3.249.225,61 €	1.433.971,26 €	66,0%	44,1%
2.5.1.	Cultura	422.240,80 €	381.205,05 €	160.006,70 €	37,9%	42,0%
2.5.2.	Desporto, recreio e lazer	1.689.489,56 €	2.814.270,56 €	1.245.714,56 €	73,7%	44,3%
2.5.3.	Outras actividades cívicas e religiosas	61.250,00 €	53.750,00 €	28.250,00 €	46,1%	52,6%
3.	FUNÇÕES ECONÓMICAS	1.578.246,76 €	1.456.019,46 €	707.409,50 €	44,8%	48,6%
3.1.	AGRICULTURA, PECUÁRIA, SILVICULTURA, CAÇA E PESCA	133.679,00 €	92.179,00 €	4.097,07 €	3,1%	4,4%
3.2.	INDÚSTRIA E ENERGIA	479.613,63 €	543.463,63 €	383.925,19 €	80,0%	70,6%
3.3.	TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES	693.423,73 €	653.096,43 €	303.720,08 €	43,8%	46,5%
3.4.	COMÉRCIO E TURISMO	261.530,40 €	137.530,40 €	638,36 €	0,2%	0,5%
3.5.	OUTRAS FUNÇÕES ECONÓMICAS	10.000,00 €	29.750,00 €	15.028,80 €	150,3%	50,5%
4.	OUTRAS FUNÇÕES	2.427.552,01 €	2.202.269,01 €	1.953.287,40 €	80,5%	88,7%
4.1.	OPERAÇÕES DA DÍVIDA AUTÁRQUICA	2.032.995,73 €	1.865.232,03 €	1.738.970,65 €	85,5%	93,2%
4.2.	TRANSFERÊNCIAS ENTRE ADMINISTRAÇÕES	375.556,28 €	317.036,98 €	203.769,74 €	54,3%	64,3%
4.3.	DIVERSAS NÃO ESPECIFICADAS	19.000,00 €	20.000,00 €	10.547,01 €	55,5%	52,7%
TOTAL GERAL		14.949.996,80 €	14.865.510,91 €	6.471.584,54 €	43,29%	43,53%

No ano de 2011 a execução financeira dos projectos de investimentos e actividades mais relevantes constantes nas GOP corresponde a um total de 6.471.584 mil euros o que equivale a uma taxa de execução de cerca de 43,53% face ao valor final orçamentado de 14.865.584 mil euros.





Em termos previsionais as funções sociais e as outras funções são as que têm maior relevância.

Em termos de execução financeira também são as funções sociais e as outras funções as que possuem maior evidência.

Grau de Execução orçamental das GOP – período 2011 e 2010

ANO	2011	2010
GRAU DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL	43,53%	38,41%

A taxa de execução orçamental das GOP em 2011 aumentou 5,12 pontos percentuais face ao ano anterior.

Grau de Execução Orçamental do PPI – período 2011 e 2010

ANO	2011	2010
GRAU DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL	33,72%	22,55%

A taxa de execução orçamental do Plano Plurianual de Investimentos (PPI), em 2011 aumentou 11,17 pontos percentuais face ao ano anterior.

Grau de Execução Orçamental do PAM – período 2011 e 2010

ANO	2011	2010
GRAU DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL	51,54%	55,21%

A taxa de execução orçamental do Plano de Actividades Municipal (PAM), em 2011 diminuiu 3,67 pontos percentuais face ao ano anterior.





3. Análise Patrimonial





Fazendo incidir agora a análise numa vertente económico-financeira, serão apresentados os resultados alcançados a este nível bem como será feita uma avaliação da situação patrimonial e financeira, com reporte à data do encerramento das contas. Para melhor compreensão a tudo o que de seguida se passará a relatar, sugere-se que a análise seja efectuada em articulação com as demonstrações financeiras e respectivas notas ao Balanço e Demonstração de Resultados.

Todas as peças constantes do presente documento foram elaboradas nos termos preconizados pelo Plano Oficial das Autarquias Locais – POCAL, permitindo assim obter um conhecimento integral e exacto da composição do activo, direitos e obrigações da autarquia.

A apreciação feita seguidamente tem como suporte o Balanço e Demonstração de Resultados, documentos contabilísticos em anexo.

Balanço

O balanço, enquanto documento contabilístico de base financeira, expressa a situação patrimonial de uma entidade, normalmente elaborado e reportado à data do encerramento do exercício económico, regra geral coincidente com o ano civil.

No caso vertente, a análise do balanço será efectuada através de vários quadros que apresentam separadamente as três massas patrimoniais do balanço. Estas como base o balanço sintético do Município.

O Balanço, abrange os elementos acumulados até à data, sendo um documento estático, evidencia a posição financeira e patrimonial da Autarquia onde constam os seus bens, direitos e dívidas a pagar, permitindo assim uma análise precisa da composição qualitativa do património que representa.

O Decreto-Lei n.º 54 – A/ 99, de 22 de Fevereiro, estatuiu a aplicação do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), que culminou na progressiva aproximação da gestão dos organismos públicos à vigente nos organismos privados. Veio, portanto, responder à necessidade de dar maior transparência à gestão dos dinheiros públicos, incorporando ao subsistema da contabilidade orçamental, até então único sistema obrigatório, o da contabilidade patrimonial. Este sistema contabilístico





complementar ao orçamental é hoje absolutamente fundamental para a gestão pública, ao permitir uma nova abordagem ao registo das finanças das autarquias.

O ponto 2.6 do POCAL integra os princípios orçamentais e contabilísticos, as regras previsionais, os critérios de valorimetria, bem como os documentos previsionais e os de prestação de contas. É um sistema que, em termos de estrutura e de mapas finais, é similar à contabilidade das empresas privadas, normalmente designada por contabilidade geral ou financeira. Os mapas mais importantes, normalmente denominados como principais peças contabilísticas, são o Balanço, a Demonstração de Resultados e correspondentes anexos.

Este modelo de contabilidade local, deve conter instrumentos de análise tão completos quanto possível ao nível do seu património e da sua evolução, devendo os princípios, as regras e os procedimentos contabilísticos ser organizados de modo a que a contabilidade da Autarquia concretize os seguintes objectivos:

- Proporcionar a elaboração do balanço, revelando a composição e valor do património, bem como a sua evolução;
- Determinar os resultados do exercício, colocando em evidência os custos e os proveitos dos serviços;
- Fornecer a informação necessária para a elaboração das estatísticas económicas e financeiras;
- Fornecer a informação económica e financeira necessária para a tomada de decisões, políticas e de gestão;
- Possibilitar o exercício do controlo da legalidade, da eficácia e da boa gestão dos dinheiros públicos;
- Possibilitar o controlo do imobilizado e do endividamento.

Esta informação deve ser compreensível aos que a desejem analisar e avaliar, sendo a sua utilidade determinada pela observância dos seguintes requisitos:

- Relevância, entendida como a qualidade que a informação tem de influenciar as decisões dos seus utentes, ao facilitar a análise dos acontecimentos passados,





presentes e futuros ou a confirmar ou corrigir as suas avaliações, o que determina até que ponto estas são materialmente úteis;

- Fiabilidade, entendida como a qualidade que a informação deve ter, de estar liberta de erros materiais e de juízos prévios, mostrando apropriadamente as operações e outros acontecimentos de acordo com a sua substância e realidade económica;
- Comparabilidade, entendida com um duplo sentido: por um lado, a divulgação e quantificação dos efeitos financeiros de operações e de outros acontecimentos devem ser registados de forma consistente pela entidade e durante o tempo, para identificarem tendências; por outro lado, as entidades devem adoptar a normalização, vista como a adopção por todas as entidades de um sistema de contas e de princípios contabilísticos idêntico, a fim de se conseguir a comparabilidade entre elas.

Desta forma, o resultado final será a obtenção de demonstrações financeiras geralmente descritas como apresentando uma imagem verdadeira e apropriada da posição financeira do resultado das operações da entidade, evidenciando como decorreu o processo de gestão da Autarquia e o modo como foram utilizados os recursos.

O balanço é normalmente elaborado reportado à data de encerramento do exercício económico, regra geral coincidente com o ano civil, e tem como finalidade reflectir a posição financeira e patrimonial da Autarquia com os activos, os passivos e os fundos próprios do Município devidamente agrupados e classificados.

Os activos constituem todos os bens e direitos adquiridos pela Autarquia e apresentam-se do lado esquerdo do balanço, ordenados de uma forma crescente, segundo o grau de liquidez. Assim temos:

- Activo Imobilizado, composto pelos elementos do património da Autarquia que têm carácter permanente; (Saliente-se o facto de ainda não constarem do património da Autarquia a totalidade dos bens de domínio público e privado, designadamente viadutos, arruamentos e obras complementares, infra-





estruturas de drenagem e águas de abastecimento e residuais, praças, e outros espaços públicos, pelo facto de não estar concluído o processo de inventariação, avaliação e registo). Assim, o valor do activo imobilizado da autarquia em 2011 apresenta-se sub-avaliado bem como a rubrica de fundos próprios.

- Activo circulante, composto pelas disponibilidades e pelos bens e direitos com realização prevista a curto prazo, como é o caso das existências e das dívidas a receber.

Do lado direito do balanço apresenta-se o passivo, que representa, à data de encerramento das contas, a totalidade das obrigações da instituição para com terceiros e que são reflexo de acontecimentos passados. À semelhança do que acontece com a organização dos activos no balanço, a sua ordem é apresentada de acordo com o grau de disponibilidade ou liquidez, mas neste caso de uma forma decrescente. Assim temos:

- Passivo de médio e longo prazo, que corresponde às dívidas a terceiros cuja exigibilidade de pagamento ocorra num período superior a um ano; enquadram-se nesta rubrica as dívidas a instituições financeiras.
- Passivo circulante, respeitante às dívidas a terceiros cuja exigibilidade de pagamento ocorra num horizonte temporal nunca superior a um ano; enquadram-se nesta rubrica as dívidas a fornecedores, fornecedores de imobilizado e outros credores.

A diferença apurada entre o total do activo e o total do passivo aparece também do lado esquerdo do balanço e intitula-se de fundos próprios, consistindo na medida residual da posição financeira, traduzida pela diferença referida.

No caso do Município, os fundos próprios apresentam ainda todo o património inicial, apurado à data em que entrou em vigor o POCAL, e o património criado em função do nível de actividade económica da Autarquia apurado através do resultado líquido do exercício.





O balanço regista ainda, em ambos os lados, uma rubrica denominada acréscimos e diferimentos, que visa dar cumprimento ao princípio da especialização dos exercícios ou do acréscimo. Este princípio estabelece que os proveitos e os custos são reconhecidos quando obtidos ou incorridos e incluídos nas demonstrações financeiras dos períodos a que respeitam, independentemente do período em que ocorrem os fluxos financeiros que se lhes associam.

Limites ao Endividamento

Os princípios orientadores do endividamento autárquico encontram-se claramente patenteados na Lei das Finanças Locais em vigor desde o dia 1 de Janeiro de 2007. Orientada para um efectivo controlo da estabilidade orçamental das Autarquias Locais, o diploma tem na base alguns pressupostos a ter na devida conta. Um deles é o conceito de endividamento líquido municipal, que resulta da diferença entre a soma dos passivos, qualquer que seja a sua natureza, incluindo os empréstimos contraídos, os contratos de locação financeira e as dívidas de fornecedores e a soma dos activos, nomeadamente o saldo de caixa, os depósitos em instituições financeiras, as aplicações de tesouraria e os créditos sobre terceiros.

Tendo como base este conceito, a referida lei impõe ainda a fixação dos limites ao endividamento autárquico, fixando sanções para o seu incumprimento. E os limites são os seguintes:

✓ O montante do Endividamento Líquido total de cada Município, em 31 de Dezembro de cada ano, não pode exceder 125% do montante das receitas provenientes dos impostos municipais, das participações do Município no FEF, da participação no IRS, da derrama e da participação nos resultados das entidades do sector empresarial local, relativas ao ano anterior;

✓ Porém, o artigo 2.º da Lei n.º 60-A/2011 de 30 de Novembro, revogou o artigo 53.º da Lei 55-A/2010 de 31 de Dezembro, e estipulou o seguinte:

“Em 31 de Dezembro de 2011, o valor do endividamento líquido, calculado nos termos da Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro, alterada pelas Leis n.os 22 -A/2007, de 29 de





Junho, 66 -A/2007, de 31 de Dezembro, e 3 -B/2010, de 28 de Abril, de cada município não pode exceder o que existia em 31 de Dezembro de 2010”.

A violação do disposto no n.º 1 do artigo 37.º (Excesso de endividamento à data de 31/12 de cada ano) da LFL, determina uma redução de 10% do montante excedido no final de cada ano seguinte (sob pena de retenção do excesso verificado no ano decorrido, - n.º 2 daquele artigo 37.º).

A retenção do excesso é feita através da redução mensal de 10% do Fundo de Equilíbrio Financeiro pelo número de duodécimos até perfazer aquele montante excedido.

A manutenção da retenção será reapreciada em cada ano seguinte, após análise da evolução do endividamento verificado no ano a que correspondeu a violação.

O montante retido aos municípios por violação dos limites é afecto ao Fundo de Regularização Municipal de acordo com o estipulado na Lei das Finanças Locais no n.º 4 do artigo 5.º e do artigo 42.º, bem como do artigo 18.º do Dec. Lei 38/2008 de 07 de Março.

De acordo com o n.º 3 do artigo 19.º do Dec. Lei 38/2008, decorridos três anos sobre o facto gerador da retenção, sem que a devolução ao Município se tenha verificado, os fundos existentes e respectivos juros são afectos ao FEF, destinando-se a reforçar, nos termos da repartição daquele fundo, as dotações dos municípios com uma capitação de impostos locais inferior a 1,25 de média nacional que estejam a cumprir os objectivos do plano de saneamento ou reequilíbrio financeiro, não relevando para efeitos do disposto no artigo 29.º da LFL.

No entanto, caso de se verifique o inverso, os montantes deduzidos às transferências orçamentais são devolvidos ao município nos 30 dias seguintes à verificação por parte da DGAL, em 50 % quando o Município no ano seguinte ao que determinou a redução reduza em mais de 20 % o excesso de endividamento líquido; e na totalidade, caso o município elimine o excesso de endividamento líquido nos três anos subsequentes ao que determinou a redução.

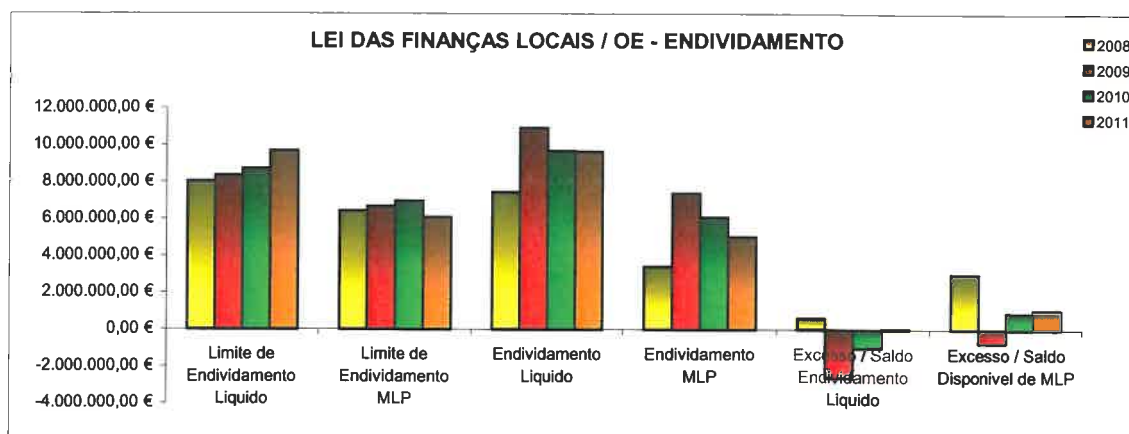




A título informativo, violação das disposições legais anteriormente mencionadas poderá configurar eventual responsabilidade financeira sancionatória prevista e punível nos termos do disposto no artigo 65º, n.º 1, alínea b) e f), da Lei n.º 98/97, de 26 de Agosto, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 48/2006, de 29 de Agosto, imputando-se a responsabilidade aos membros do órgão executivo camarário. (Vide - Acórdão n.º. 9/08 – 3ª Secção - PL e Sentença n.º 3/2008 – Mai. 20 – 3ª S do Tribunal de Contas).

O quadro seguinte menciona a evolução dos diferentes limites de endividamento e a respectiva posição do Município face à legislação, comparando os anos 2008 a 2011;

Data	Limite ao endividamento		Endividamento		Capital em dívida excepcionado	Montante em Excesso / Disponível	
	Líquido	MLP	Líquido	MLP		Líquido	MLP
	1	2	3	4		6=1-3	7=2-4
31-12-2008	8.027.262,10 €	6.421.809,68 €	7.432.664,44 €	3.415.253,44 €	1.710.003,56 €	594.597,66 €	3.006.556,24 €
31-12-2009	8.335.702,30 €	6.668.561,84 €	10.948.112,51 €	7.393.457,79 €	1.530.883,92 €	-2.612.410,21 €	-724.895,95 €
31-12-2010	8.704.339,69 €	6.963.471,75 €	9.690.060,06 €	6.082.429,58 €	1.351.433,71 €	-985.720,37 €	881.042,17 €
31-12-2011	9.690.060,06 €	6.082.429,58 €	9.651.573,22 €	5.037.149,03 €	1.175.607,87 €	38.486,84 €	1.045.280,55 €



Considerando os valores mencionados, verifica-se que o Município em 31.12.2011 possui um saldo disponível relativamente ao limite de endividamento líquido de 38.486,84 euros, e um saldo disponível de endividamento de médio e longo prazo de 1.045.280,55 euros.

Por outro lado, constatamos que o Município no ano 2011, conseguiu reduzir em 104% o valor excedido no final do ano 2010, relativamente ao Endividamento Líquido, superando assim os 10% exigidos de acordo com n.º 2 do artigo 37.º da Lei das Finanças Locais.





Demonstração de Resultados

A Demonstração de Resultados agrupa e classifica os vários tipos de custos e proveitos segundo a sua natureza, demonstrando como variou a situação patrimonial da autarquia durante um determinado período de tempo, em regra coincidente com o exercício económico. Ou seja, demonstra a forma como decorreu a actividade da autarquia em determinado período económico.

De seguida apresentam-se, segundo a sua natureza, os proveitos e os custos ocorridos ao longo do exercício.

A Demonstração de Resultados apresenta os resultados das operações económicas (custos e proveitos) servindo para avaliar a aplicação dos recursos utilizados em determinado período, permitindo apurar o resultado líquido do exercício, bem como a análise da composição dos seus diferentes resultados.

Os custos consistem na tradução monetária do consumo de bens e serviços adquiridos pela Autarquia. Pesa negativamente no benefício económico espectável no período contabilístico em causa e, nessa medida, constituem uma componente negativa da criação de valor.

Os proveitos dão tradução monetária às receitas da Autarquia e, por isso, são elementos positivos do benefício económico espectável também no período contabilístico em causa.

Ao agrupar e classificar por natureza os vários tipos de custos e proveitos, a demonstração de resultados oferece uma síntese financeira dos resultados operacionais e não operacionais da Autarquia, os quais surgem separados do seguinte modo:

- **Operacionais:** obtidos pelo balanceamento entre os custos operacionais e os proveitos operacionais;
- **Financeiros:** obtidos pelo balanceamento entre os custos financeiros e os proveitos financeiros;





- **Correntes:** obtidos pela soma dos dois resultados anteriores (operacionais + financeiros);
- **Extraordinários:** obtidos pelo balanceamento entre os custos extraordinários e os proveitos extraordinários;
- **Líquidos:** obtidos pela aglutinação dos resultados correntes com os extraordinários.

Trata-se por isso de um exercício de extrema utilidade, porquanto permite medir a eficiência com que os recursos financeiros, de acordo com a sua natureza, foram aplicados durante o ano de 2011, fornecendo assim informações de suporte mais seguras e fiáveis para a tomada de decisões por parte do órgão executivo.

Sucintamente os resultados obtidos, foram os seguintes;

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS	2011	2010	VAR. €	VAR %
Resultados Operacionais:	639.874,74	1.031.141,06	- 391.266,32 €	-38%
Resultados Correntes:	333.670,54	855.601,94	- 521.931,40 €	-61%
Resultados Financeiros:	-306.204,20	-175.539,12	- 130.665,08 €	-74%
Resultados Extraordinários:	734.574,72	14.001,63	720.573,09 €	5146%
Resultado Líquido do Exercício:	1.068.245,26	869.603,57	198.641,69 €	23%

Convém salientar que se torna ainda pertinente e imprescindível termos em consideração as especificidades da Administração Local, que a tornam distinta do sector empresarial e que ao não serem ponderadas, podem desvirtuar a medição da qualidade da sua gestão e dos seus resultados, pelo que, as conclusões feitas relativamente à sua gestão, deverão ter em conta que a sua missão será sempre a satisfação das necessidades colectivas, e não a obtenção de lucro.

